

**I CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da
inserção em contextos contemporâneos. 23 a 25 de setembro de 2015,
UFES, Vitória-ES.**

**A vacina de Rodolfo: implicações sóciotécnicas e tensões políticas
envolvendo a vacina animal no Ceará (1900-1904)**

Francisco Carlos Jacinto Barbosa
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Resumo: A presente comunicação objetiva refletir sobre a vacinação promovida por Rodolfo Teófilo entre os anos de 1900 e 1904, como resultante de uma rede de agenciamentos técnicos, sociais e políticos que possibilitou o controle da varíola e a construção da ideia de extinção da varíola em Fortaleza.

Palavras-chave: vacina animal; rede sóciotécnica; Rodolfo Teófilo

Ao longo do século XIX a temática das doenças que atingiam o Ceará e, especialmente Fortaleza, é recorrente tanto na Imprensa como nos relatórios elaborados pela administração pública. A ocorrência de epidemias de um lado e, de outro a organização, ainda que incipiente, dos serviços de saúde, contribuíram para tal fenômeno.

Entre 1850 e 1878 a febre amarela, o cólera e a varíola atingiram com intensidade a população da Província, acometendo e, muitas vezes levando à morte, um número elevado de pessoas. Em momentos como estes, as fragilidades dos serviços de saúde ficaram ainda mais evidentes, demonstrando que a despeito das intenções subjacentes às transformações operadas desde 1828 – nas quais a responsabilidade pela saúde da população passaria do Governo Imperial às Câmaras Municipais – e das iniciativas do Governo Provincial – que criou e fez ocupar, ainda em 1838, o cargo de médico da pobreza -, a realidade era marcadamente precária. Mesmo assim, tais iniciativas possibilitaram problematizar mais sistematicamente as condições de salubridade, bem como a execução das medidas de prevenção e combate às moléstias. Desse modo, os recursos para a atuação clínica, para o fornecimento de medicamentos produzidos nas boticas locais e para a aquisição e aplicação da vacina contra a varíola, passaram a figurar com maior frequência nos orçamentos anuais do Governo. Além destes, àqueles destinados excepcionalmente à

construção de hospitais e enfermarias e a toda logística voltada ao atendimento de acometidos durante os surtos epidêmicos¹.

Dentre os serviços voltados para a prevenção de doenças, destacamos a vacinação contra a varíola, enfermidade de dimensão expressiva, presente no perfil epidemiológico mundial até pelo menos a segunda metade do século XX, quando foi erradicada. Como demonstra Fernandes (1999), o início do processo de institucionalização da vacina no Brasil é lento e, ao mesmo tempo, caracterizado por descontinuidades ancoradas na inexistência, no século XIX, de um suporte científico institucional, por problemas relativos à estrutura necessária a sua produção e difusão, pela cultura marcadamente refratária da população, bem como por questões de ordem política e administrativa.

Segundo a autora, a preocupação com o controle das doenças infecciosas, especialmente a varíola, resultou em desdobramentos mais concretos com a chegada da Corte, momento em que várias instituições portuguesas são reeditadas no Brasil. Dentre elas, a Fisicatura, órgão fiscalizador do exercício da medicina e da farmácia, a que estava vinculada a Junta Vacínica da Corte, cuja principal atribuição consistia na difusão da vacina jennericiana ou humanizada mediante a inoculação braço a braço. Na prática, a medida surtiu poucos efeitos diante da imensa demanda e da insuficiente estrutura. Não obstante, a junta permaneceu ativa até 1828 quando uma reforma ancorada nos princípios da constituição de 1824 tornou extintas as instituições trazidas de Portugal, promovendo a partir de então, a descentralização das responsabilidades com a saúde da população. Ao Império caberia a vigilância sanitária dos portos e dos lazaretos (espaços destinados ao isolamento de doentes acometidos de alguma doença infecciosa) e os demais serviços tais como a promoção da salubridade urbana, a clínica da população e a vacinação passaram a ser atribuição das câmaras municipais.

Essas alterações não tiveram desdobramento concreto satisfatório quanto ao controle da varíola. Mesmo que a competência para promover a vacinação tenha sido transferida do âmbito nacional para o local onde o acompanhamento do quadro nosológico e sanitário poderia ser feito de maneira mais imediata, a estrutura municipal da maioria das cidades era acentuadamente precária. Como observa Raymundo Faoro, o reconhecimento da autonomia acaba sobrecarregando de atribuições câmaras municipais portadoras de

¹ Para informações mais detalhadas sobre o tema, ver: OLIVEIRA, Almir Leal, BARBOSA, Ivone Cordeiro. Leis provinciais: Estado e Cidadania. 1835-1861. Fortaleza: Universidade do Parlamento/Assembléia Legislativa do Ceará, s/d.

parcos recursos e subordinadas aos Conselhos Provinciais (transformados em Assembleias Provinciais pelo Ato Adicional de 1834):

Dotado de atribuições amplas – e com minúcia discriminada – governo econômico e policial, instrução e assistência não possuíam rendas senão as mínimas dispensadas a manutenção dos seus serviços, sujeitas as câmaras ao desconfiado e miúdo controle dos conselhos gerais das províncias, dos presidentes provinciais e do governo geral (Faoro, 1999:306).

Apesar da pouca eficácia dos serviços, a reforma ocorrida em 1846, criou o Instituto Vacínico do Império dentro da mesma lógica autonomista. A partir de então, caberia à recém criada instituição a elaboração e fiscalização de normas sanitárias, bem como a atuação efetiva em cada província financiada pelos cofres municipais, o que pelos mesmos motivos que vimos indicando, tornou igualmente ineficiente o controle da varíola. Entretanto, é importante destacar uma nova responsabilidade do órgão, que consiste na necessidade de manter seus membros atualizados quanto aos avanços científicos e técnicos ocorrentes na Europa, onde a vacina e os processos de vacinação experimentavam relativo progresso. Isto resultou nos primeiros movimentos voltados a produção da vacina no Brasil, o que só veio a se realizar em 1887, não por iniciativa do Estado, mas do Dr. Pedro Afonso Franco que introduziu no país, a partir do Rio de Janeiro, a vacina animal (Fernandes, 1999). Tal acontecimento constitui um marco na história da vacinação contra a varíola, na medida em que a partir de então, a rede sóciotécnica que articula a fabricação, distribuição e vacinação vai evidenciando um processo cada vez mais complexo, no qual estão em jogo interesses políticos, econômicos, posturas administrativas, acadêmicas, científicas e técnicas, não raramente geradores de conflitos diversos.

A iniciativa individual do Dr. Pedro Afonso foi se mostrando exitosa do ponto de vista técnico. Restava, então, conquistar a credibilidade da população, dos médicos e do governo, o que demandou grande esforço seja na vacinação gratuita dos moradores, seja na elaboração e publicação de artigos na imprensa local, dando a saber do sucesso alcançado e da necessidade de expandir a vacina animal. Ao mesmo tempo, conseguiu mobilizar apoio político para que o poder público subvencionasse suas atividades - então desenvolvidas na Santa Casa e, posteriormente, já na República, no Instituto Vacinogênico Municipal – até 1917, quando a União, por meio do recém criado Instituto Oswaldo Cruz, assumiu a responsabilidade pela pesquisa, fabricação e difusão de soroterápicos (Fernandes, 1999).

A atuação do Dr. Pedro Afonso e de sua equipe evidenciou, a um só tempo, as fragilidades do modelo de vacinação adotado desde o início do século XIX – caracterizado

em boa medida pela descontinuidade, pouca organização, má qualidade da linfa, devida a formas inadequadas de acondicionamento e ao desinteresse político -, a viabilidade da propagação da vacina animal, o conflito com os defensores da vacina humanizada, a desconfiança da população e a falta de protagonismo do Estado, sempre dependente de ações individuais.

À semelhança do que ocorreu na Capital Federal, a produção e aplicação sistemáticas da vacina animal no Ceará e, especialmente, em Fortaleza, são devidas ao esforço realizado pelo farmacêutico Rodolfo Teófilo nos primeiros anos do século XX. Até então, a difusão do chamado “preservativo” era realizada com o mínimo de coordenação da administração provincial, depois estadual. Os cirurgiões, médicos ou comissários vacinadores patrocinados pelas câmaras municipais recebiam os lotes de linfa e aguardavam o comparecimento dos interessados para que fosse efetivada a vacinação. Esse modelo obteve resultados pouco satisfatórios quanto ao número de indivíduos imunizados. No relatório enviado, em fins do século XIX, pelo Sr. Antonio Salles, secretário interino dos Negócios do Interior, ao presidente José Freire Bezerril Fontenelle, fica evidente a preocupação com os índices alcançados:

Cumpre-me chamar especialmente vossa atenção para a parte referente á varíola e vacinação, d’onde vê-se que cerca da metade da população desta capital não é vaccinada, apesar das freqüentes aparições da varíola, que tão espantosa mortandade fez na secca de 1877 -1879.²

A afirmação é baseada no Relatório do Inspetor de Saúde Dr. João da Rocha Moreira o qual aponta números alarmantes se observarmos que no Estado e, particularmente, em Fortaleza, a varíola era considerada endêmica. Tal se dá, conforme o médico, devido à atitude refratária da população e à qualidade da linfa utilizada:

Em quanto o povo, ou antes os espíritos refractarios não se convencerem de que a vaccina é o preservativo por excellencia da varíola, jamais poderemos apresentar uma estatística satisfactoria, pois acreditamos que o numero de indivíduos não vaccinados, residentes nesta capital, entre parvulos e adultos, é superior a 20.000, algarismo enorme n’ums população de quase 50.000 almas.

E’ verdade que o nosso serviço de vacinação é deficiente e imperfeito visto como havemos lymphá vaccinica da Capital Federal ou do Exterior, e esta que nos é remetida nem sempre é proveitosa, si bem que venha com o cunho de garantida e excellente.³

² CEARÁ. *Relatório que o Secretario Interino dos Negocios do Interior Antonio Salles apresenta ao Exm. Sr. Presidente do Estado, Sr. José Freire Bezerril Fontelle*. Fortaleza, 1893. p 16-17.

³ Idem. p. 36.

A projeção de não imunizados é, de fato, assustadora se observarmos sua relação com o número de habitantes de uma cidade na qual a varíola era endêmica e que vivia assustada com o fantasma da grande epidemia de 1878. Embora o discurso do Inspetor de Saúde atribua o insucesso da vacinação à recusa das pessoas e à qualidade da linfa aqui aportada, desconsiderando o modelo empregado, há o reconhecimento da fraca estrutura disponível para o controle eficaz da varíola por meio de ações concretas no sentido da produção e propagação da vacina animal, evitando desse modo, a reprodução do método de inoculação braço a braço, doloroso, nem sempre eficaz e, em certa medida perigoso, uma vez que podia resultar em contaminação. Diante desse quadro o doutor reivindica a concessão de recursos para a implantação da cultura da vacina animal:

Esperamos seja organizada o mais breve possível a cultura da vaccina animal nesta capital, e para este fim da maior vantagem e de neccessidade immediata, lembramos vos a conveniência de reclamar do poder respectivo a verba necessária.⁴

A despeito da reivindicação do Inspetor de Higiene, reforçada pelo Secretário de Negócios do Interior, a situação não foi alterada. No relatório de 1894, o Dr. João Marinho de Andrade, então ocupante do cargo, fez severas críticas às condições mediante as quais a repartição funcionava; incapaz de executar eficazmente as suas atribuições:

Cuidar do solo, estudar o estado atmosferico, sanear as ruas, as casas, os esgotos das cidades, tratar da remoção das matérias fecaes, do lixo da cidade, do abastecimento de água, estudar e providenciar sobre as moléstias reinantes, fiscalisar todos os hospitaes preparar os hospitaes de isolamento, providenciar sobre o transporte de contagiados, ter em grande consideração a mortalidade, e exercer activa policia sanitária —eis em rápida synthse o que compete á repartição de Hygiene Publica, e diga-se si é coisa de pouca monta e de nenhum trabalho o que ahi fica consignado. Si um inspector de Hygiene, por si só, pode desempenhar tão grandes funções, e si não vale a pena gastar-se um pouco mais para satisfazer ás neccessidades imperiosas, que reclamam a reorganisação das funcções de hygiene publica entre nós.

Limitado a um inspector de hygiene, pode este, unicamente por seus esforços, cuidar do seviço de vaccinação, das analyses chimicas, do estudo do movimento demographo sanitário, das desinfecções, da policia sanitária e das demais attribuições, que lhe determina o actual regumento de hygiene.⁵

Exposta a situação, apelando para o espírito patriótico do governo e dos políticos, o médico apontou a urgente necessidade de reorganização dos serviços de higiene na Capital, “afim de que esta não se transforme em um centro productor de epidemias e de

⁴ Idem.

⁵ CEARÁ. *Relatório que o Inspector de Hygiene Pública apresenta ao Exm. Sr. Presidente do Estado, Sr. José Freire Bezerril Fontelle*. Fortaleza, 1894. p 71.

moléstias infecciosas, trazendo o seu descrédito ou o seu despovoamento”⁶. Para tal, propôs um plano no qual discriminou o que considerava essencial ao efetivo funcionamento do órgão, justificando a importância de cada um dos equipamentos sugeridos. Além do desinfetório, do laboratório de análises, dos serviços demográficos, o inspetor sugeriu a criação de um instituto vacinogênico. Este possibilitaria, conforme argumentou, a produção e difusão na vacina no mesmo local, a Capital, para onde convergiam pessoas de todos os recantos do Estado. Assim, seria evitada a importação ou aquisição do produto na Capital Federal.

No entanto, até pelo menos o ano seguinte, nenhuma das três instituições foi instalada. Consta somente a contratação de mais um médico, o Dr. Henrique Leite Barbosa, para auxiliar o Dr. João Marinho de Andrade na repartição de higiene. A estrutura permanece precária, tal como relata o Inspetor:

Não tem casa própria em que funcione, fazendo-se o expediente no consultório medico do inspector, nem dispõe de pessoal sufficiente para as diversas funcções deste ramo tão importante da administração publica, de modo a satisfazer ás necessidades imperiosas da Hygiene Publica e policia sanitária, que á continuarem nesse meio abandono, em que as tem deixado os poderes do Estado, de modo algum serão profícuas á população.⁷

Desse modo, o doutor insiste em reclamar mais uma vez a implantação de um plano que consistia na organização e promoção de serviços regulares, remetendo, apenso ao relatório, uma proposta com o objetivo de servir de base para a formulação de um Projeto de Lei a ser discutido e aprovado pela Assembleia Legislativa. Entretanto, excetuando-se a aquisição de uma casa que passou a funcionar como sede da repartição de higiene bem como a compra de aparelhos e material para o funcionamento do desinfetório e do laboratório, pouco foi alterada a realidade dos serviços de saúde no Ceará. Como defende Barbosa (1994), no início da República, o perfil dos serviços sanitários no país pouco mudou. A partir de 1892, eles permanecem sob a responsabilidade dos estados que a partir de então se encontravam enredados na política oligarca bem característica desse momento.

Continuam a existir as Inspetorias de Higiene, que tinham a função de fazer a vigilância nos portos e proceder a vacinação antivariólica. Estes serviços eram feitos de maneira precária e com poucos recursos. Limitavam-se os inspetores a fazer relatórios anuais sobre as doenças que acometeram a

⁶ Idem.

⁷ CEARÁ. *Relatório que o Inspector de Hygiene Pública Inspector de Hygiene Pública do Ceará apresenta ao Exm. Sr. Presidente do Estado, Sr. José Freire Bezerril Fontelle*. Fortaleza, 1894. p. 139.

população no período anterior e a tomar as medidas sanitárias nas grandes calamidades, como secas e epidemias (Barbosa: 1994,67).

Embora os argumentos de Barbosa (1994) não considerem os pormenores da efetiva realização dos serviços – nos quais se vislumbram as tensões de toda ordem entre os médicos e os administradores -, em sua essência, encontram certo respaldo nos relatórios. De fato, devido à deficiência da estrutura e a falta de maior regulamentação, os serviços sofriam acentuada restrição. Tal situação permaneceu até pelo menos o ano de 1918, quando foi criada a “Directoria Geral de Hygiene”, órgão através do qual o Estado se fará mais presente na constituição do que o autor denominará “polícia sanitária”. Conforme o seu regulamento, aprovado a 8 de novembro de 1918, é de sua responsabilidade o serviço sanitário em todo o Estado, mesmo na Capital, onde o trabalho seria dividido com as autoridades municipais.

As suas atribuições vão desde a natureza e as possibilidades de tratamento de moléstias surgidas em qualquer lugar do Estado até a fiscalização da higiene pública e privada, envolvendo uma ação profilática e educadora que toma como alvo principal a cidade de Fortaleza⁸.

No capítulo I do Regulamento da Diretoria Geral de Higiene, onde se disciplina a divisão dos serviços entre a “Directoria de Hygiene” e a Intendência Municipal, fica evidente a competência de cada uma das instituições.

Cabe ao município dotar a cidade do mínimo de infra-estrutura compatível com os códigos de higiene, de acordo com o ítem II do artigo 3º.

Realizar os melhoramentos sanitários essenciaes à vida collectiva, como: esgotos, abastecimento d’agua, drenagens, enxugo do solo, calçamento, regularização dos cursos d’água, escoamento de águas pluviaes.

Além disto, são de competência dos municípios, as tarefas de realização de limpeza pública, organização da assistência, cuidado com a higiene das habitações, como também os serviços de fiscalização e avaliação do estado sanitário nas construções de prédios. E ainda a elaboração dos “boletins demographicos e sanitarios” que deveriam ser mensalmente remetidos ao Estado.

A aludida Diretoria, por sua vez, além das atribuições a que nos referimos, deveria organizar um mapeamento geral da situação demográfica e sanitária em todo o

⁸ Ver a respeito: CEARÁ. *Regulamento da Directoria Geral De Hygiene*, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 1643, de 8 de novembro de 1918. pp. 3-4.

Estado, no sentido de poder sistematizar as suas ações, dentre as quais se destaca a prática fiscalizadora.

Conforme o que se apreende do Regulamento, a atuação da “polícia sanitária” é bastante incisiva e abrangente, não devendo escapar um ponto sequer da cidade, que não seja submetido ao olhar vigilante. Desta forma é que as casas comerciais, os cinemas e casas de diversões, os hotéis e hospedarias, os espaços públicos em geral e as habitações particulares e coletivas deveriam, pela força da lei, deixar as portas abertas, no sentido de facilitar a ação do que seria uma verdadeira “brigada sanitária”.

O artigo 298, constante do capítulo intitulado “Da Inspeção Sanitaria das Habitações, Estabelecimentos, Logares e Logradouros” ressalta com clareza o trabalho dos inspetores sanitários:

A policia sanitaria será exercida pelos inspectores sanitarios que terão sempre livre ingresso em visitas systematicas a todas as habitações particulares ou collectivas, estabelecimentos de qualquer especie, terrenos cultivados ou não, logares e logradouros publicos, onde além de attender às suas condições hygienicas, asseio, conservação e estado de saude dos moradores, verificarão mais o estado dos reservatorios de agua potavel e seu abastecimento, a integridade e funcionamento das installações sanitarias, banheiros, tanques, lagos, esgotos, boeiros, etc., bem assim o asseio, conservação e condições hygienicas das áreas, quintaes, pateos, cocheiras, estrebarias, estabulos, galinheiros, etc., sempre coadjuvados pelo pessoal que trabalhou sob sua jurisdição e que executará as providencias de caracter urgente⁹.

O Título VI, referente à “Polícia Sanitaria” procura, de uma forma geral disciplinar não apenas o trabalho dos inspetores, mas, sobretudo, o comportamento das populações urbanas, persuadindo-as ao correto cumprimento das normas de higiene e salubridade, bem como ao pronto acolhimento às recorrentes visitas.

Portanto, é somente nesse momento que a tão sonhada organização e estruturação dos serviços começam a ser esboçadas e vão se consolidando nos anos subsequentes.

Diante das ações pouco eficazes do Estado em relação às demandas sanitárias, a iniciativa individual de alguns acabou contribuindo, em boa medida, para a superação de sérios obstáculos relativos à salubridade de Fortaleza. A atuação do farmacêutico Rodolfo Teófilo na “extinção” da varíola na cidade, mediante a fabricação e difusão da vacina animal, merece destaque especial, na medida em que constitui uma baliza a partir da qual podemos pensar uma história da introdução da vacina animal no Ceará; história cuja trama

⁹ Idem.p.04.

envolve a circulação de conhecimentos técnicos e científicos, mobilização de artefatos técnicos, convencimento e luta política acirrada.

Como indica Teófilo, a vacina animal chegou ao Ceará no final do Império, quando um “enviado do governo geral” percorreu, em 1888, as “províncias do Norte” divulgando o “preservativo” produzido no Rio de Janeiro. A continuidade da propagação ficara sob a responsabilidade do Inspetor de Higiene, o doutor João da Rocha Moreira que procurou cumprir com regularidade a vacinação, a despeito da desorganização dos serviços depois da proclamação da República. Nesse momento, ocorria um surto epidêmico de varíola que se repetiu mais tarde, de forma mais intensa devido à seca que atingiu o Estado em 1900, ano que marca o início da empreitada de Teófilo em busca da fabricação e ampla aplicação da vacina entre os cearenses, especialmente os da Capital; trabalho que se prolongou até 1904, quando declara extinta a moléstia.

O período que se estende de 1888 e 1904 compreende, nesse sentido, o processo no qual foi introduzida e difundida a vacina animal; uma história marcada pelo confronto entre os que a defendiam e os que a desprezavam, mediante interesses e estratégias diversos, pela busca de domínio do conhecimento e dos métodos de produção, acondicionamento e aplicação, pelo enfrentamento das formas defasadas de propagação adotadas secularmente pelo Estado, pela experiência bem sucedida de Rodolfo Teófilo e, enfim, pelos significados atribuídos à vacina e à vacinação, no início da República.

O ano de 1904 é tratado na historiografia como um marco do controle da varíola na capital do Ceará. Para tal, concorreram os registros hemerográficos, a documentação oficial e, especialmente, àquela produzida pelo próprio farmacêutico, sempre preocupado em registrar o passo a passo da produção e aplicação da vacina, a estatística dos atendimentos, os argumentos em defesa do seu projeto, a publicação de anúncios, os contatos com médicos e com o governo. No entanto, uma análise mais atenta do material, pode revelar várias formas de tensão entre Rodolfo Teófilo e os demais sujeitos envolvidos nesse enredo, sejam o governo, os médicos contrários ou descrentes da eficácia de suas ações e até mesmo a população da cidade. A confirmação de que estava certo em seu investimento, tornava visível a eficácia do preservativo e do modelo de propagação organizados pelo “Benemérito”, mas também a inocuidade do serviço adotado no Estado.

Durante o período que sucedeu ao trabalho de três anos consecutivos realizado pelo farmacêutico, os relatórios de presidente procuram demonstrar que a varíola

continuava acometendo os cearenses – numa clara desvalorização do que fora e continuava sendo realizado – mas que, não obstante, o serviço de vacinação ocorria regularmente.

Na contra mão desse discurso, o presidente Marcos Franco Rabelo, opositor da oligarquia Accioly, ao mesmo tempo em que criticou a situação na qual havia encontrado a repartição de higiene, a quem cabia entre outras coisas, o serviço de vacinação, reconheceu e elogiou a empreitada solitária de Teófilo:

Quando os poderes públicos deixavam a população do Ceará entregue ás mais devastadoras epidemias, sem dar nenhuma providencia, o Sr. Rodolpho Theophilo, por sua própria iniciativa, sem subvenção nem estímulo do governo, emprehendeu a obra apostolar de extinguir a varíola no Ceará, dando inicio á sua humanitaria tarefa em Dezembro de 1900.

A terrível epidemia que, durante quize annos consecutivos, arrebatara tantas vidas, foi jugulada [extinta]na Fortaleza, após três annos de um trabalho infatigável e sereno que, aliás, elle não interrompeu de então até hoje.

O illustre patriota não só preparava a lymphá, como fazia pessoalmente a vaccinação domiciliar nesta cidade e subúrbios. Alem disso, tinha em todo o centro do Estado um corpo de commissarios, a quem remetia a vaccina e que se incumbiam de dar combate á epidemia.

Assim, em 1904 não se deu na Fortaleza um só caso de varíola. O Sr. Rodolpho Theophilo vaccinara nesses quatro annos oito mil pessoas, não se falando na vaccinação do interior.

Elle tem feito a obra complexa de um excellente instituto vaccinico, por simples amor á humanidade, despendendo nessa gloriosa campanha dinheiro e energias.¹⁰

No mesmo texto, o presidente informa a situação da Inspetoria, composta apenas do inspetor, um ajudante, um secretário e um servente “e mais 2:400\$000 para expediente, material e serviço de vaccinação”¹¹, o que evidencia a estrutura deficitária, apesar do que afirmara o presidente anterior, Antonio Pinto Nogueira Accioly, em mensagem enviada a Assembleia em 1911¹², onde noticia a aquisição de estrutura para a produção da vacina animal desde 1910, seis anos depois de constatada a inexistência de novos casos de varíola entre os moradores de Fortaleza.

O discurso oficial corrente no Ceará desde o século XIX era de que a vacina chegada à Província tinha má qualidade, prejudicando, dessa forma, a imunização contra a bexiga. Mesmo que corresponda eventualmente à verdade, o governo e os seus inspetores

¹⁰ CEARÁ. *Mensagem Apresentada pelo Presidente Marcos Franco Rabelo*. Fortaleza, 1913.p. 15.

¹¹ Idem. p. 13.

¹² “Com o objectivo de dar maior desenvolvimento ao serviço de vaccinação, como meio prophylactico efficaz contra o terrível morbus, a Inspectoria de Hygiene iniciou o anno passado, com êxito completo, a preparação de lymphá vaccina animal, tendo sido para esse fim inoculados diversos vitellos.” In: CEARÁ. *Mensagem Apresentada pelo Presidente Antonio Pinto Nogueira Accioly*. Fortaleza, 2011. p. 33.

não problematizaram com igual intensidade, exceto em algumas poucas ocasiões, tanto a estrutura como o modelo dos serviços de vacinação adotados, como se a linfa não tivesse relação alguma com o contexto no qual é produzida e difundida.

A qualidade da vacina é questionada também por Rodolfo Teófilo, que a atribui às condições de acondicionamento ou validade. Mas para ele, isso não constitui o único motivo pelo qual não se estabelecia um controle sobre a varíola. Além deste, era preciso considerar o modelo de propagação e a freqüente ocorrência das secas. Esta tese parece ser embasada na observação dos fatos ocorridos em 1878, quando da grande epidemia. O trabalho que realizou nos anos iniciais do século XX denota envolvimento, determinação, alocação dos recursos necessários, organização de uma rede de colaboradores e, sobretudo, estudo e planejamento, o que reflete a complexidade e articulação das ações, fazendo jus à declaração final de Franco Rabelo, segundo a qual ele conseguira realizar – sem o menor apoio institucional - as tarefas de um instituto vacinogênico, desnudando o desprestígio que as questões de saúde experimentavam nos primeiros anos de uma República sustentada pelos poderes locais.

Isto nos leva a refletir sobre a necessidade de conceber o termo vacinação em seu sentido amplo, que compreende uma rede na qual se encontram articulados não apenas os processos de fabricação, distribuição e formas de difusão, mas além desses, os recursos econômicos alocados, os interesses políticos, bem como os valores atribuídos pelos agentes envolvidos e pelo público alvo.

O projeto posto em prática por Rodolfo Teófilo põe em evidência não somente a praticidade, eficácia e segurança da vacina animal – superando o descrédito da administração -, mas também e, principalmente, a eficiência de sua estratégia que consistia em se dirigir aos domicílios para ali promover a aplicação, ao contrário do que costumava fazer o órgão governamental responsável. No seu entendimento, o poder público deveria estabelecer a obrigatoriedade da vacina, pois só desse modo, seria possível alcançar o controle da doença. O trabalho realizado teve início com a busca de conhecimento técnico necessário não apenas à produção como também às formas de aplicação, o que conquistou com relativa brevidade, nas instalações do Instituto Vacinogênico da Bahia:

Já conhecia o processo de vaccina animal, tanto que em duas sessões fiquei sabendo praticamente o método de cultura daquela vaccina. Estava,

portanto, habilitado a levar para o Ceará esse benefício, uma vez que o governo disso não cogitava.¹³

A partir de então, providenciou a remessa de equipamentos e novilhos que, uma vez aportados no Ceará, possibilitaram o início dos trabalhos de instalação de um instituto vacinogênico em Fortaleza e a conseqüente produção da vacina, enfrentando a desconfiança e a falta de auxílio do Presidente do Estado e do Inspetor de Higiene que louvaram a iniciativa, mas manifestaram descrença quanto ao seu êxito.

A escolha do animal ideal, o processo de inoculação do vírus vacínico, a observação do desenvolvimento das pústulas, a retirada da linfa e da polpa (parte mais sólida do pus e também mais virulenta), a preparação e conservação do material para a devida trituração (técnica que possibilitava a homogeneização) e o meticuloso enchimento dos tubos, constituem o conjunto de procedimentos rigorosamente seguidos pelo farmacêutico, conforme preconizado pelo Instituto Chambon, situado na França. Após o insucesso das primeiras tentativas, a vacina finalmente ficou pronta, viabilizando, assim, a execução da etapa seguinte que consistia na aplicação. Para tal, foi necessário não apenas o domínio da técnica mediante a qual deveria ser realizada, mas ainda, planejamento e organização.

Assim, iniciou um trabalho de convencimento a partir da divulgação, no jornal, de notas sobre a gravidade da doença e a positividade da vacinação que praticava diariamente em sua residência:

Em dias de janeiro de 1904, anunciei pelo único jornal que tínhamos *A República* que vaccinava gratuitamente todos os dias. Comecei também a publicar uma série de notícias sobre a peste da variola, episódios aterradores com o fim de inculcar no espírito público o terror da bexiga e movel-o a procurar a vaccina. A varíola grassava em Fortaleza e eu disso fazia uma arma em favor da minha propaganda.

Publicava noticias apontando os estragos e intensidade da epidemia, casos sem conta de varíola hemorrágica. O certo é que nos dias subsequentes a taes publicações alarmantes tinha eu a casa cheia de pessoas a vaccinar.¹⁴

À medida que a notícia era disseminada, a procura crescia acentuadamente, exigindo mais horas de dedicação às tarefas diárias de preenchimento dos tubos e aplicação do preventivo, o que era realizado com a ajuda de sua esposa e dos doutores J.de Castro

¹³ THEOPHILO, Rodolfo. *Varíola e vacinação no Ceará*. Ed. Fac. Sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997 (Col. Biblioteca Básica Cearense) p. 71.

¹⁴ Idem. pp.99-100.

Medeiros e E. Salgado, configurando uma rotina cansativa que iniciava logo pela manhã e se prolongava até o final da tarde:

A colheita da vaccina se prolongava até o meio dia, hora em que interrompíamos o trabalho para almoçar e começar a uma hora a parte mais enfadonha da labuta.

Imagine-se que tínhamos de encher quatrocentos tubos e as vezes mais e fechal-os a fogo no mais curto espaço de tempo possível. Este aborrecido serviço era feito por mim e por minha mulher, cujo auxilio na propaganda da vacinação para mim tem seido de um valor inestimável.¹⁵

Embora os anúncios tenham surtido efeitos satisfatórios ao longo dos primeiros meses do ano, Rodolfo percebeu que não atingira a população mais humilde da cidade; aquela situada nos subúrbios, composta de pobres e iletrados, isolados do que ocorria no centro e excluída dos serviços de saúde. Diante de tal constatação é que verificou a necessidade premente de realizar a vacinação domiciliar, desafio que demandou mais condições logísticas e energia, mas que foi realizada. Ali, nas areias (denominação dos lugares situados para além do perímetro urbano), ele se deparou com casebres de palha, construídos de forma desordenada e com moradores “assustados” e “desassistidos”, “sem instrução”, “sujos” e refratários à vacina. É ilustrativa a descrição do primeiro contato, elaborada a partir da condição de homem civilizado, adepto da ciência e admirador de Nina Rodrigues:

Senti **calafrios**, confesso, quando entrei na primeira **choupana**. Imagine-se as proporções da **choça**, que para eu entrar tive de me abaixar até ficar quasi de cocoras. Era um pequeno quadrado tendo uns tres metros em cada face. As paredes eram feitas de alguns ramos seccos, dando entrada franca ao sol, a chuva, ao vento e aos olhares dos transeuntes. O tecto não resguardava melhor o único compartimento de que compunha aquela **espelunca**.

Nunca mais apagou-se de mim a impressão daquella miseria. O interior da choupana estava de accordo com o seu exterior. **Uma mulher, cabra mal encarada e de ruins maneiras**, recebeu-me dizendo logo que “**a vaccina era a de Deus e que não queria metter a peste no corpo dos filhos**”, isso com os modos bruscos e soltando fartas baforadas de fumo de seu **fedorento** cachimbo.

Ao lado della cinco creanças, de oito annos abaixo, todas nuas e **encardidas de sujo** olhavam-me espantadas. **O ar que se respirava ali tinha um fartum especial, lembrando uma mistura de sebo, suor de negro e sarro de cachimbo.**¹⁶

A maneira como se refere às habitações humildes e às pessoas que nelas moravam, reflete a cultura urbana na qual estava mergulhado, aonde os ideais de

¹⁵ Idem. p. 101.

¹⁶ Idem. p.102

progresso, civilização e eugenia são afirmados e reafirmados pelos políticos, pela ciência, pela imprensa, pelos literatos e intelectuais da época. Ela constitui o parâmetro através do qual são forjadas classificações, segregações e formas de poder, evidenciadas no próprio léxico. A pobreza é associada à sujeira, à ignorância e até mesmo ao perigo, uma vez que poderia ser a porta de entrada das moléstias.

Para além das sensações impressas pelo vacinador e dos valores nelas subjacentes, o relato indica a recusa dos moradores pobres à vacina, parecendo sugerir que se trata de um comportamento resultante da falta de civilização. Poderíamos, entretanto, pensar que a atitude desses moradores ancora-se numa concepção segundo a qual a vacina era o próprio veneno, o que nos leva a inferir a permanência, ainda que residual, da cultura da variolização, muito presente na primeira metade do século XIX.

A empreitada de Rodolfo Teófilo se estendeu ainda mais mediante a constituição de uma rede de colaboradores que cobriu 53 municípios. Para cada comissão remeteu o primeiro lote de vacina acompanhado de um Diretório (manual) no qual orientava sobre a forma de proceder à aplicação e à formulação de relatórios periódicos através dos quais elaborava os mapas gerais e controlava a remessa de novos lotes. Assim procedeu até 1904, quando foi decretada pela União a obrigatoriedade da vacina, ao mesmo tempo em que ficava atestada a inexistência de casos de varíola em Fortaleza.

Os esforços de Rodolfo Teófilo em prol da extinção da varíola na Capital e do seu controle nos municípios do interior, já foram inúmeras vezes, abordados pelos historiadores. No entanto, arriscamos inferir que a vacina, a vacinação e o enredo no qual se inscreveram, revelam tensões, contradições, relações de poder e significados diversos atribuídos pela sociedade a todo processo de “extinção da varíola” na Capital, que só podem ser compreendidos se articulados a relações de outra ordem, ou seja, aquelas que são estabelecidas entre natureza, cultura e técnica, entre humanos e não humanos.

Bibliografia

- BARBOSA, José Policarpo. *História da saúde pública no Ceará*. Fortaleza: Edições UFC, 1994.
- CHALHOUB, S. Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1991.
- FERNANDES, Tânia Maria. Imunização antivariólica no século XIX no Brasil: inoculação, variolização, vacina e revacinação. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro: Fiocruz. Vol. 10 (suplemento 2) 461-74, 2003.

_____. *Vacina antivariólica. Ciência, técnica e poder dos homens. 1808 – 1920.* Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. *A ciência responde à desordem.* Transformação urbana em Fortaleza durante o século XIX e início do século XX. Salvador: Mestrado em Arquitetura, 1996.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos.* Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LUZ, Terezinha Madel. *Medicina e ordem política brasileira. Políticas e Instituições de Saúde. 1850-1930.* Rio de Janeiro: Graal, 1982

LEAL, Vinícius Barros. *História da medicina no Ceará.* Col. Cultura Cearense. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Desporto e Promoção Social, 1978.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes.* São Paulo: Brasiliense, 1984 (Col. Tudo é História)

STUDART, Guilherme. *Climatologia, epidemias e endemias do Ceará.* Edição fac-similar da edição de 1909. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997 (Col. Biblioteca Básica Cearense).